

Atividade 1 – Seleção do veículo

Aluno; Cesar Augusto Marx

NUSP: 9163795

Informações sobre o artigo:

1. Título: Sistema de Controle Interno e a prevenção e o combate à corrupção: o fomento aos programas de integridade.

2. Objetivo:

O artigo tem como objetivo analisar em que medida os programas de integridade estão contribuindo para o cumprimento da missão constitucional do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal na redução de práticas de fraudes e corrupção, garantindo a supremacia do interesse público na aplicação dos recursos públicos e a consequente melhoria da qualidade do gasto público.

3. Conteúdo da atividade:

Para publicação do artigo foi selecionado o seguinte veículo:>

Nome: **Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance – RDAI**
Editora: Revista dos Tribunais
Revista Trimestral
Ano lançamento: 2016
ISSN: 2526-8120

A escolha do periódico levou em consideração a reputação que a editora Thomson Reuters Revista dos Tribunais possuiu na área jurídica e o fato da Revista RDAI ter classificação Qualis A1. Da mesma editora foi identificada a Revista de Direito Penal Econômico e Compliance (RDPEC) que também aborda o tema compliance, mas ela foi descartada por possuir classificação qualis C.

A procura pelo período foi realizada no site da plataforma Sucupira para buscar revistas com classificação qualis A1 na área Direito. Dentre as revistas com qualis A1 foi selecionada a Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance (RDAI) que possuiu uma seção específica dedicada ao tema compliance, objeto de estudo do meu artigo. Foi realizada pesquisa no google acadêmico na qual se percebeu que o tema compliance e integridade estão distribuídos dispersamente por diversas publicações, muitas delas sem reconhecimento na área jurídica.

A Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance (RDAI) possuiu uma seção específica dedicada ao tema compliance, na qual foram identificados artigos abordando temáticas semelhantes ao tema do meu artigo. Os artigos submetidos à revista devem ter entre 15 e 30 páginas, não sendo exigida a titulação de doutor, como ocorre em alguns periódicos,

4. Lista das referências bibliográficas utilizadas

ANDVIG, J. C. et al. **Research on corruption: a policy oriented survey**. 2000. Disponível em: http://www.icgg.org/downloads/contribution07_andvig.pdf. Acesso em 14/02/2023.

ALVES, Breno Barbosa Cerqueira. Integridade Pública: histórico, conceitos e implementação. *In*: Compliance e integridade: aspectos práticos e teóricos. Vol. 2. OLIVEIRA, Luis Gustavo Miranda de [Org.] -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018

AUGUSTO, Naiara C; PETIZ Júnior, Carlos R. L. A revolução ESG e o papel do compliance público. **Site JOTA Info**, 8 de dezembro de 2020.

BALBE, Ronald da Silva. Controle interno e o foco nos resultados. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

BALEEIRO. Aliomar. Uma Introdução à Ciência das Finanças. Editora Forense. 19ª ed. São Paulo. 2015.

BANCO MUNDIAL. *Governance and Development*, 1992. Disponível em <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/604951468739447676/governance-and-development>. Acesso em 11/07/2022.

BLIACHERIENE, Ana Carla; RIBEIRO, Renato Jorge Brown. Fiscalização Financeira e orçamentária: Controle Interno, Controle Externo e Controle Social do Orçamento. *In*: CONTI, José Maurício; SCAFF, Fernando Facury. Orçamentos Públicos e Direito Financeiro / coordenadores José Mauricio Conti e Fernando Facury Scaff. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Programa de Integridade: Diretrizes para Empresas Privadas. Brasília, DF: Controladoria Geral da União, 2015a. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/integridade/arquivos/programa-de-integridade-diretrizes-para-empresas-privadas.pdf>. Acesso em 20/03/2023.

BRASIL. Guia de implantação de Programa de Integridade em Empresas Estatais. Brasília, DF: Controladoria Geral da União, 2015b. Disponível em: https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/integridade/arquivos/guia_estatais_final.pdf Acesso em 18/04/2023.

BRASIL. Manual Prático de Avaliação de Programa de Integridade em PAR. Brasília, DF: Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/integridade/arquivos/manual-pratico-integridade-par.pdf> Acesso em 17/04/2023.

BRASIL. Manual de orientações Técnicas Governamentais de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal / Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, Secretaria Federal de Controle Interno – Brasília: CGU, 2017a. 149p. Disponível em: https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/44968/5/manual_de_orientacoes_tecnicas_2017.pdf

BRASIL. Manual para Implementação de Programas de Integridade: orientações para o setor público. Brasília, DF: Controladoria Geral da União, 2017b. Disponível em https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/integridade/arquivos/manual_profip.pdf. Acesso em 15/04/2021.

BRASIL. Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro. Cartilha Integridade nas Compras Públicas. Brasília, 2019. Disponível em : <http://enccla.camara.leg.br/acoes/arquivos/resultados-enccla-2019/cartilha-integridade-compras-publicas>. Acesso em 10/11/2021.

BRASIL. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado – Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Aparelho do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estrado, 1995. 86 p. – (Documentos da Presidência da República).

BRASIL. Programa de Integridade da Finep. Brasília:DF, Out. 2020. Disponível em: http://www.finep.gov.br/images/a-finep/Integridade/11_11_2020_Programa_de_Integridade.pdf. Acesso em 18/07/2020.

BRASIL. Código de Conduta para Fornecedores de bens e de serviços do Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/compilado185121202003045e5ff8a9014ad.pdf> Acesso em 07/07/2022.

BRASIL. Guia de Conduta Ética para Fornecedores da Petrobrás. Brasília: DF

Disponível em: https://canalfornecedor.petrobras.com.br/media/filer_public/86/d7/86d7ac11-8e43-461e-9d8e-dc9ee7413ded/d1199_codigo-conduta-etica-fornecedores_proj-grafdiagramacao-livreto_rev00_port.pdf. Acesso em 19/07/2022.

CÂNDIA, Eduardo. Despesa pública e rent-seeking: um olhar jurídico pós-positivista ao controle do gasto público / Eduardo Cândia. 1. Ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2019.

CASTRO, Domingos Poubel. Auditoria e Controle Interno na Administração Pública: evolução do controle interno no Brasil: do Código de Contabilidade de 1922 até a criação da CGU em 2003. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CASTRO, Leonardo Bellini de. A lei Anticorrupção e a busca de sua integridade sancionatória. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura – RDAI, São Paulo: Ed. RT vol. 21, maio/2022.

CASTRO, Patricia Reis; AMARAL, Juliana Ventura; GUERREIRO, Reinaldo. Aderência ao programa de integridade da lei anticorrupção brasileira e implantação de controles internos. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 30, n. 80, p. 186-201, 2019. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rcf/v30n80/pt_1808-057X-rcf-1808-057x201806780.pdf > DOI: 10.1590/1808-057x201806780.

COELHO, Cláudio Carneiro Bezerra Pinto. Compliance na administração pública: uma necessidade para o Brasil. RDFG – Revista de Direito da Faculdade Guanambi, v. 3, n. 1, 2017, pag. 75-95

CONTI, José Maurício. Controle interno mostra sua força no combate à corrupção. Revista Consultor Jurídico. 19/11/2013, São Paulo, 2013. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2013-nov-19/contas-vista-controle-interno-mostra-forca-combate-corrupcao> . Acesso em 10/11/2021.

CUNHA, I. L. (2013). Lei anticorrupção e a valorização do controle interno. Tribunal de Contas Mato Grosso. Recuperado de <https://www.tce.mt.gov.br/artigo/show/id/93/autor/4>.

FILGUEIRAS, Fernando. Comunicação política e corrupção. *Revista de Estudos da Comunicação*, Curitiba, v. 9, n. 19, maio/ago. 2008, p. 77-87. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v15n2/05.pdf>.

FILHO, Dermeval Farias Gomes; MILANI, Luisa Villar de Queiroz. Criminal compliance: responsabilidade penal por omissão do compliance officer. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.7, n.2, p.12961-12996 feb. 2021, Disponível em <https://brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/24269/19408> . Acesso em 01/05/2022.

GRAU Neto, Werner; AZEVEDO, Andreia B. A.; MARQUES, Mateus C. *Compliance ambiental: conceitos, perspectivas e aplicação no Direito Ambiental*. In TRENNEPOHL, Terence; TRENNEPOHL Natascha (Coord.). **Compliance no Direito Ambiental** (Coleção *Compliance* vol 2). São Paulo, Thomson Reuters Brasil, 2020, pp. 215-229.

JAIN. A. K. Corruption: a review. **Journal of econommic Surveys**, Oxford, v. 1, 2001.

LOUREIRO, Maria Rita; ABRÚCIO, Fernando Luiz; OLIVIERI, Cecília; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. Do controle interno ao controle social: a múltipla atuação da CGU na democracia brasileira. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 17, 2012.

MACHADO JÚNIOR, José Teixeira. *A lei 4.320 comentada*. 31. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2002/2003.

MARTINS JUNIOR, Wallace Paiva; MARTINS, Pedro Henrique Incerpi Paiva. Compliance em licitações e contratos administrativos de Estados, Distrito Federal e Municípios. Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance. n. 24. ano 7. p. 67-84. São Paulo: Ed. RT, jan./mar. 2023. DOI: [https://doi.org/10.48143/rdai.24.paivamartins].

MARTINS, Ricardo Marcondes. Compliance e responsabilidade de pessoas jurídicas. Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance. n. 17. ano 5. p. 129-147. São Paulo: Ed. RT, abr./jun. 2021.

OLIVIERI, Cecília. Monitoramento das políticas públicas e controle da burocracia: o sistema de controle interno do Executivo Federal Brasileiro. In: LOUREIRO, Maria Rita; ABRÚCIO, Fernando Luiz; PACHECO, Regina Silva. *Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

OLIVIERI, Cecília. *Política e Burocracia no Brasil: o controle sobre a execução das políticas públicas*. 2008. 229 f. Tese (Doutorado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. *Curso de Direito Financeiro*/Regis Fernandes de Oliveira. 4 ed., ver., atual. E ampl. – São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2011.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. A Universidade como espaço para a disseminação de conhecimentos, métodos e técnicas voltados à prevenção e ao combate da corrupção no Brasil: O caso da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (2013 - 2016). In: PAULA, Marco Aurélio Borges de, CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de (Coord). Compliance, gestão de riscos e combate à corrupção: integridade para o desenvolvimento / Marco Aurélio Borges de Paula, Rodrigo Pironti Aguirre de Castro (Coord). 3^a Reimpressão - Belo Horizonte: Forum, 2018. p. 291 - 307.

OLIVEIRA, Arley Cavalcante de; SANTOS, Mariana Costa dos; OLIVEIRA, Nazareth Pires. Compliance na administração pública: uma análise crítica sobre a natureza do instituto no setor público diante de outros mecanismos de controle. LexCult, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 94-108, mai./ago., 2019.

OLIVEIRA, Gustavo Justino. Programas de integridade na nova Lei de licitações: parâmetros e desafios. Revista Consultor Jurídico, 6 de junho de 2021. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2021-jun-06/publico-pragmatico-programas-integridade-lei-licitacoes>. Acesso em 22/10/2021.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Integridade pública: uma estratégia contra a corrupção, 2017. Disponível em: <https://www.oecd.org/gov/ethics/integrity-recommendation-brazilian-portuguese.pdf>. Acesso em 05/11/2021.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Fortalecendo a Integridade Pública no Brasil: Consolidando as Políticas de Integridade no Poder Executivo Federal, OECD, 2021. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/sites/5414ae92-pt/1/2/1/index.html?itemId=/content/publication/5414ae92-pt&_csp_=dc9c503dd4068a96dc982a4a3e9e1e4f&itemIGO=oecd&itemContentType=book. Acesso em 23/04/2023.

PAGLIARINI, Alexandre Coutinho; NIEWEGLOWSKI, Maria Luísa Altoé. A infraestrutura dos custos jurídicos e econômicos nos programas de compliance empresarial. Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance. n. 24. ano 7. p. 85-98. São Paulo: Ed. RT, jan./mar. 2023. DOI: [https://doi.org/10.48143/rdai.24.pagliarini]

POMINI, Anderson. Compliance sobre a perspectiva do governo: uma visão sobre a estrutura da Controladoria-Geral do Município de São Paulo e sua atuação no trabalho preventivo de combate à corrupção. In: CUEVA, Ricardo Vilas Bôas; FRAZÃO, Ana (Coord.). Compliance Perspectivas e desafios dos programas de conformidade. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2018

KEMPFER, Marlene. BATISTI, Beatriz Miranda. Estudos sobre o compliance para a prevenção da corrupção nos negócios públicos: ética, ciência da administração e direito. *Revista do Direito Público*, Londrina, v. 12, n. 2, p. 273-307, ago. 2017. DOI: 10.5433/1980-511X.2017v12n2p273

SCAFF, Fernando Facury; SCAFF, Luma Cavaleiro de Macedo. *In*: J. J. Gomes Canotilho; Gilmar Mendes; Ingo Wolfgang Sarlet; Lenio Luiz Streck. (Coords.) *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva/Almedinan, 2013, p. 1166.

_____, Fernando Facury. Orçamento Republicano e liberdade igual – Ensaio sobre Direito Financeiro, república e Direitos fundamentais no Brasil / Fernando Facury Scaff – Belo Horizonte: Fórum, 2018

SILVA, Arthur Adolfo C. O Tribunal de Contas da União na história do Brasil: evolução histórica, política e administrativa (1890-1998). 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia vencedora do Prêmio Serzedello Corrêa, 1998). Instituto Serzedello Corrêa do TCU. Brasília, 1999.

SILVA, Lino Martins. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SOUZA, Luciano Anderson de. Direito Penal, Volume 5 : Parte Especial. arts. 312 – 359-R do CP / Luciano Anderson de Souza. – 3. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022.

STEINBERG, Richard M. Governance, Risk Management and compliance: it can't happen to us – avoiding corporatedisaster whilçe driving sucesss. New Jersey: Jonh Wiley & Sons, Inc, 2011, p. 33.

TOJAL, Társila Fonseca. Corrupção e princípio de *ne bis in idem* / Tarsila Fonseca Tojal. – São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023.

TORRES, Heleno Taveira. Direito Constitucional Financeiro: teoria da Constituição financeira / Heleno Tavares Torres. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

TREISMAN, Daniel. The causes of corruption: across-national study. **Journal of Public economics**, 76, 3, June 2000. Disponível em <http://www.sscnet.ucla.edu/polisci/faculty/treisman/Papers/causes.pdf> . Acesso em 14/02/2023.

VASCONCELOS, P. E. A.; MELLO, C. de M.; VASCONCELOS, P. S. Compliance ambiental-energético e a ecoeficiência empresarial: cenário na pandemia da COVID-19: Environmental-energy compliance and business eco-efficiency: pandemic scenario of COVID-19. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | RDAI, São Paulo: Thomson Reuters | Livraria RT, v. 5, n. 17, p. 149–166, 2021. DOI: 10.48143/rdai.17.peav. Disponível em: <https://rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/372>.

ZIMMER JÚNIOR, Aloísio; NOHARA., Irene Patrícia Diom. Compliance anticorrupção e das contratações públicas [livro eletrônico] / Aloísio Zimmer Júnior, Irene Patrícia Diom Nohara. -- 1. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021. -- (Coleção compliance ; v. 2 / coordenação Irene Patrícia Diom Nohara, Luiz Eduardo de Almeida)

O trabalho apresentado é de um tema muito relevante, porém a abordagem me parece confusa, desde seu objetivo que não consta um direcionamento claro, até o conteúdo do texto que demonstra uma confusão na escolha da revista. Sugiro que ao apresentar outras possibilidades descreva a importância da revista descartada, porque ao colocar ela abre margem para dúvidas do tipo "a citação do descarte está ocorrendo pelo fato de ser uma revista comum para a área ao ponto de ser questionado o porque escolher a outra revista da mesma editora?" Enfim, vale a pena repensar. Gostaria de ter lido no texto mais informações da qualidade desse veículo, não somente sua classificação (A1).

O artigo tem concordância com o objetivo da revista escolhida. Mas não é abordado no corpo do texto alguma informação sobre o escopo da revista para justificar a escolha, contribuindo para ideia de que a escolha foi somente pela Qualis A1.

Há artigos da revista selecionada em suas referências, porém nelas (creio que pelo formato de busca) contêm no título a palavra chave "compliance", vale a pena pensar em incluí-la no objetivo ou no título.

Acredito que fará um grande trabalho final, após a reflexão desses apontamentos